

2020 - FÓRUM DE ABERTURA DO ESPAÇO MOEBIUS

O DISCURSO ANALÍTICO, A TRANSFERÊNCIA E A CONTEMPORANEIDADE COM SEUS GADJETS

Quero agradecer o convite para a abertura de nossas atividades, neste ano de 2020. Nessa oportunidade, vou colocar algumas questões sobre a **noção da Transferência** e dos efeitos da contemporaneidade, no Discurso Analítico, que possam servir de argumentos, para outros trabalhos e discussões, durante nossas atividades e para nossa Jornada, no final do ano.

A **Transferência** é uma noção que já fazia parte, dos primeiros trabalhos de Freud, passando a se constituir num dos elementos fundamentais da psicanálise e que deu consistência à prática analítica. Aqui, no entanto, quero considerar a noção da **transferência**, como uma condição específica e particular, da Psicanálise, e como algo que está presente em qualquer relação, a qual se atribui **um saber a um “outro”**, como nas relações de ensino, no ato médico, nas relações amorosas, entre outras.

Freud, no início de seus trabalhos, referiu-se à essa noção, no plural, como “**as transferências**”, atribuindo-lhes diferentes sentidos, que não contemplavam uma relação singular com o médico, com o terapeuta e, mesmo, mais tarde, com o psicanalista, mas para se referir às operações que davam acesso ao inconsciente. Assim, para que uma “**representação inconsciente**”, uma expressão inadequada, para nossa concepção atual, do inconsciente, chegasse à consciência, era preciso que ela se fizesse representar por uma outra “representação”, que já existisse no pré-consciente e para a qual, transferiria seu sentido. Dessa maneira, as transferências seriam transposições de sentidos, a partir do lugar de inscrição, destas representações.

Mais tarde, este processo que se realizava pela substituição de um elemento por outro, ganhou um suporte essencial, para a produção do inconsciente, quando Lacan usou das noções de “*condensação e deslocamento*” e, em seguida, as tratou como *metáfora* e *metonímia*. Ainda, como uma consequência destas condições, ele veio a definir o “inconsciente estruturado como uma linguagem”. Dessa maneira, estas operações da fala, no campo da linguagem, seriam produzidas a partir de uma estrutura concebida através dos significantes e das letras, que vieram revelar uma homeomorfia, ou ainda, uma convergência da **transferência** e o **inconsciente**.

Dessa maneira, não é excessivo se considerar que a **transferência** já existe, desde o começo de uma análise e isso aparece quase como um axioma, quando Lacan passou a considerar que a **transferência** vem antes que uma demanda de análise se estabeleça. Aqui, não se trata de uma proposição factual da análise, mas de uma leitura que o *Sujeito*, o futuro analisante, começa a fazer do seu sintoma, isso que o faz sofrer, como uma resposta do Real, que ele ignora e que está vinculada a uma relação com um Saber, o Saber inconsciente que, mais tarde, foi vinculado à noção do Sujeito suposto Saber¹.

Assim, não é excessivo se considerar que a Psicanálise foi inventada, junto com a própria noção da **transferência**, a partir do primeiro caso clínico, apresentado, por Freud, como uma “cura pela palavra”. Tratava-se de um trabalho escrito, à quatro mãos, relatando o atendimento que Breuer fez à Anna O (que se chamava Bertha Pappenheim), mostrando de que maneira, o “médico dos médicos”,

¹ Lacan, J., na *Proposição de 09/10/67*, em *Scilicet* 1, p. 19.

como ele era chamado, falhou nesse atendimento. Esse relato, de alguma maneira, revela até onde cada analista deve ir, em sua prática, com a Psicanálise.

Os sofrimentos de **Bertha** começaram, em torno de seus vinte anos, logo que seu pai adoeceu de tuberculose, em julho de 1880. Ela era muito ligada a ele e, nessa ocasião, junto com a mãe, passaram a se revezar, para cuidá-lo, fazendo tudo aquilo que fosse necessário, inclusive serviços íntimos, como dar banho, levá-lo ao sanitário, entre outras coisas. Era uma dedicação, em tempo integral e, de tal maneira, que à medida que ele foi piorando e, naquela época, a tuberculose sempre matava, **Bertha** foi deixando de sair casa, de dormir e, de uma forma progressiva, foi também adoecendo.

Seu estado físico e mental foi deteriorando e, nessa época, adquiriu uma “tosse nervosa” persistente, que deixou a família muito preocupada, pois apesar dos cuidados médicos a que era submetida, não melhorava. Assim, já no final daquele ano, ela precisou ser afastada de suas atividades, tendo sido colocada num quarto, ao lado do pai, para ser, também, tratada. Como, na família, levantou-se a hipótese de uma “*Histeria*”, foi sugerido que se chamasse Breuer, um dos clínicos de maior prestígio, naquela época, em Viena, e que usava da hipnose para curar estes casos.

Já na primeira consulta, houve algo de inusitado, entre Breuer e **Bertha**, pois ele não a atendeu, da maneira que era esperado, isto é, que a hipnotizasse e lhe sugestionasse, para que seus sintomas desaparecessem. Logo após esse primeiro atendimento, o quadro clínico de **Bertha** foi piorando, apresentando *estrabismo, paralisia do pescoço, dores de cabeça, anestesia do braço direito, contração da metade direita do corpo, foi perdendo a mobilidade e fez um esquecimento de sua língua materna, fazendo uma mistura das línguas que falava*, que se identificou, mais tarde, como uma espécie de *jargonofasia*. Nessa época, Breuer passou a atender o pai e a filha.

No curso do atendimento à **Bertha**, ele chegou a hipnotizá-la e, ainda, ao contrário do que era esperado, dirigiu-se a ela, perguntando-lhe o que a incomodava, insistindo a que ela falasse de seus sintomas e que respondesse sobre o que ele lhe perguntasse. Não precisou de muito tempo, para que se inaugurasse uma relação singular e privada, entre os dois, pois o que eles falavam, a família não compreendia, pois eles se comunicavam em inglês. Na sequência das consultas e, ainda, sob hipnose, **Bertha** começou a contar histórias para Breuer, que tratavam de doenças, de luto, de tristeza, de morte, quase sempre com temas médicos e que traziam, também, histórias de amor.

Na continuidade destes atendimentos, estas histórias não só tomaram o estatuto de um valor simbólico entre eles, mas, também, passou a se constituir, num dever para ela, de relatá-las, cada vez que ele fosse consultá-la. Assim, se por qualquer motivo, Breuer não fosse visitá-la, ou acontecesse algo, durante uma das visitas e **Bertha** não relatasse uma destas “histórias”, na consulta seguinte, ela seria obrigada lhe contar duas, três ou mais, dependendo do intervalo das consultas. Embora Breuer fosse identificando uma melhora progressiva, em **Bertha**, à medida que ela ia falando, desenvolveu-se outra condição, que ele não percebeu, pois nesse “teatro privado”, estabeleceu-se uma relação amorosa entre os dois. Mais tarde, com as informações que foram divulgadas, sobre esse “tratamento” de Breuer, passou-se a inferir que já existia uma condição preestabelecida, para que esse “*amor*” pudesse acontecer.

Do lado de Breuer, ele ficou órfão, de três para quatro anos, de uma mãe que se chamava Bertha. Sua filha, mais velha, também, tinha este nome, Bertha, e ele foi convocado, ainda, a tratar de alguém que se chamava **Bertha**. Do lado de sua paciente, ela era de uma família muito rica e, ainda, fosse judia, tinha tido uma educação moderna, em que frequentava uma escola católica, praticava equitação, falava várias línguas e circulava, com muito desembaraço, no social, o que não era comum, para as moças daquela época. Além disso, deve-se levar em conta, também, um componente trágico de sua história: ela era a terceira filha, de quatro filhos, sendo que as duas primeiras irmãs morreram, uma antes dela nascer e a outra, com 18 anos, quando ela tinha oito anos, na época. Em relação ao irmão

caçula, um menino que tinha sido muito esperado, pelos pais, ele morreu jovem e supõe-se que, também, de tuberculose. Com a maneira dedicada que Breuer a tratou e a relação que se desenvolveu entre os dois, não é excessivo se inferir que “um tivesse nascido, para o outro” e, assim, o amor antecedeu à própria relação entre eles.

No curso destes atendimentos, aquilo que já era esperado - a morte do pai de **Bertha** - ocorreu nos primeiros dias de abril de 1881 (05/04/1881). **Bertha**, que já estava melhor, pois em 01 de abril (“dia da mentira”), ela havia começado a andar, a partir da morte de seu pai, ela voltou a piorar de uma maneira rápida e progressiva. Essa piora, no entanto, não se estendeu, por muito tempo, pois Breuer fez uma intervenção importante, na ocasião, procurando dar um sentido à morte do sr. Pappenheim. Disse para ela, “*que foi até bom que ele tivesse morrido, pois com isso teria acabado seu sofrimento*”. Aqui, não é excessivo se considerar, que essa intervenção de Breuer, mostrou-se como um “ato de mestria”, sobre **Bertha**, que ao poder metaforizar, ou mesmo, minimizar a morte do seu pai, favoreceu a retomada de sua melhora.

Se havia sido estranho, o primeiro encontro de **Bertha** com Breuer, logo no mês seguinte à morte do pai de sua paciente, ele toma uma outra atitude inesperada. Com a melhora que ela já apresentava e estando em torno de nove meses, que ele a acompanhava, sem que ela saísse de casa, ele a convidou para um passeio, pelos bosques de Viena, acompanhados de sua filha, que se chamava Bertha.

Todavia, o que era esperado por Breuer e pela própria família de **Bertha**, que isso se constituísse num motivo de satisfação e de alegria para ela, logo no início do passeio tornou-se um problema, pois ela foi se desinteressando pelo que ocorria em sua volta, foi ficando triste e, para surpresa de todos, assim que eles chegaram, em casa, ela falou pela primeira vez, em se matar. **Bertha** morava com a família, numa casa de três andares e, assim, quando ela falou em suicídio, tanto Breuer, como seus familiares, imaginaram que ela poderia se matar, jogando-se pela janela. Assim, Breuer sugeriu à família, uma antecipação das férias que já estava programada e que todos viajassem para o interior, numa cidade próximo à Viena, pois a casa que eles tinham lá, era de um único pavimento e, assim, não haveria risco de que, se ela pulasse pela janela, viesse a morrer.

Em relação à “ideia do suicídio”, de **Bertha**, tem-se levantado algumas hipóteses. Aqui, com alguma prudência, vou considerar, em primeiro lugar, que tivesse ocorrido uma suposição de **Bertha**, sobre “um desejo de Breuer”, que ao querer promover com o passeio, uma satisfação para ela, tenha lhe cobrado um preço, que ela não poderia pagar. Com efeito, com tantas **Berthas** juntas, ela poderia imaginar, que ele teria buscado através dela, resgatar algo de sua própria história, colocando-a no lugar daquela que poderia lhe dar um outro filho. Uma condição, no entanto, que ela não estava preparada para isso, pois, no momento, estava realizando, ainda, seu trabalho de luto, convivendo com suas tristezas, com os efeitos recentes da morte do pai e, também, com a ideia de sua própria morte.

Uma segunda suposição, que poderia ter sido elaborada por **Bertha** que, de alguma maneira, está implicada à leitura anterior, é que no cuidado de Breuer, de tirá-la da casa, com receio que ela se matasse, atirando-se pela janela, convocava a presença de um verbo, no alemão, “*niederkommen*”, que significa, tanto “*cair*”, “*se jogar*”, como também, “*parir*” e “*dar a luz*”. Dessa maneira, só uma **MÃE** poderia, ao mesmo tempo, que *se jogasse pela janela, parisse um filho*.

Mesmo com a mudança de **Bertha**, para o interior, Breuer viajava, algumas vezes, durante a semana, para vê-la e continuou, ainda, frequentando a casa dos Pappenheim, quando a família voltou para Viena. Após dezoito meses de acompanhamento terapêutico, embora todos os sintomas tivessem desaparecido, **Bertha** não ia tão bem, quanto parecia. Nesse período e, mais do que isso, a partir de certo momento, a mulher de Breuer, Matilde, começou a reclamar, que ele passava muito tempo fora

de casa, para tratar de sua paciente e, mais ainda, o que ele fazia coisas com ela, que nunca havia feito com suas outras pacientes. Assim, passou a pressioná-la, para que ele deixasse de tratá-la.

Para Breuer, diferente do que Matilde pensava, ele afirmou que não existia qualquer conteúdo amoroso, ou sexual, em sua relação com **Bertha**, pois ele chegou, mesmo, a considerar, que ela parecia desinteressada pela sexualidade. No entanto, a partir dos comentários e do ciúme de Matilde, que explicitava esse amor velado entre os dois, Breuer aceitou as ponderações de sua mulher e tratou de finalizar o tratamento. Assim, após uma consulta com **Bertha**, onde avaliou que não teria mais o que tratar, pois passava bem, ele marcou uma última consulta, para o dia seguinte.

Todavia, algo de inusitado ocorreu com Bertha, na noite, daquele mesmo dia. Breuer foi chamado com urgência, para vê-la, pois ela apresentava uma crise diferente, das que havia tido, até então. Quando chegou para vê-la, ela fazia movimentos sugestivos de um parto e, ainda, gritava - “*agora, o bebê de Dr. Breuer está chegando; ele está chegando, ele está chegando*”.

Breuer ficou espantado com o que viu e ouviu e, mais ainda, não a interrogou sobre o que estava acontecendo com ela, como fazia, sempre, nas vezes anteriores que a atendia. Ele não procurou saber, de onde vinha aquela ideia de **Bertha**, de ter um filho para ele e, assim, fez algo, que não havia feito, durante todo o tempo, que a acompanhou. Ele a hipnotizou e procurou suggestioná-la, para que ela esquecesse de tudo aquilo que estava acontecendo. Como já havia combinado, no dia seguinte, ele não mais a procurou e viajou com Matilde, para uma outra lua de mel. Jones à propósito desta questão, faz um comentário curioso, mostrando uma equivalência do que aconteceu à **Bertha**, com o que havia ocorrido com “Nossa Senhora”, que engravidou, quando escutou a voz do anjo, dizendo que ela teria um filho. No caso de Bertha foi uma operação, ainda, mais radical, pois foi algo que a engravidou, sem que ela tivesse ouvido, qualquer palavra sobre isso.

Se para Breuer, o acompanhamento médico feito à **Bertha**, finalizou ali, ela continuou com seu sofrimento durante um longo tempo e com efeitos devastadores. Este “amor” que apareceu entre os dois e que foi suficiente, num determinado momento, para curá-la, criou uma nova patologia, que foi identificada, mais tarde, como uma “**transferência**”.

Para Freud, a noção de **transferência** desenvolveu-se de uma maneira diferente daquela de Breuer. Quando cuidava de uma de suas pacientes, Emmy von N..., interrogando-a e, mesmo, querendo suggestioná-la, para que seus sintomas desaparecessem, ela por diversas vezes interrompeu seu relato, calava-se, contorcia as mãos, fazia expressão de horror e lhe dizia: “*fique quieto! não diga isso! não me toque!*”. A partir daí, ele se colocou à disposição de Emmy e a deixava falar, sem precisar hipnotizá-la.

Assim, ele inaugurou a regra fundamental da análise, identificada como uma “associação livre”, justificando o triunfo de seu atendimento sobre a hipnose. Em seguida, vai localizar em relação à “pessoa do médico”, esse lugar, onde vai se estabelecer uma “*ligação causal*”, do que está na consciência do paciente, com o que vai ser construído, para um relato subsequente. Em seguida, nos “*Estudos sobre a Histeria*”, ele não só vai comentar algo que aparece, no paciente, como uma *resistência*, para saber sobre a causa de seus sintomas, como vai considerar, também, que para superar esse obstáculo, a condição essencial, é a confiança que cada paciente deve ter em relação à “*pessoa do médico*”, que através de sua influência, vai ajudá-lo a ultrapassar esses limites, desenvolvendo uma impulsão a falar.

Freud considerou, ainda, que além desse “*obstáculo interno*”, identificado como uma *resistência*, haveria um outro “*externo*”, pior que o anterior e que ocorreria, quando a relação com o *médico*, ou com o *terapeuta* fosse comprometida. Assim, durante o tratamento, a “*pessoa do médico*” vai ser tomada, como um “*objeto imaginário*”, ou mesmo, como um “*objeto fantasmático*”, que se integra

na vida afetiva do paciente, sobre o qual vão ser “projetados”, ou “transferidos”, impulsos amorosos, ou hostis, do paciente, a cada momento. Ele inferiu, ainda, que aquilo que o paciente diz, tem relação com a “pessoa do médico” e, mais tarde, com o próprio analista, onde seu enunciado vai estar sempre repleto de significações, que tendem a construir uma “**neurose de transferência**”

Dito de outra maneira, a “pessoa do médico” e, mais tarde, o *analista* vai aparecer como um “semblante de objeto”, que se integra na vida erótica do *analisante*, confundindo-se com imagens, que cada um tem nele mesmo. Desta maneira, o analista transforma-se num “objeto amado”, passando a ocupar um lugar essencial, na vida do paciente, constituindo-se num objeto que vai possibilitar um “**amor de transferência**”; uma condição, no entanto, que não inviabiliza, que ele possa, também, ser hostilizado e, mesmo, odiado.

Aqui, portanto, diferente do que aconteceu a Breuer, o “médico” e, mais tarde, o *analista*, ele não deve entrar neste jogo amoroso, com as mesmas cartas que o paciente, ou o *analisante* lhe propõe. Para isso, o analista deve obedecer a um imperativo ético, de “não ceder quanto ao desejo”, como Lacan sugeriu. Não se trata, de uma questão moral, mas de que este “amor verdadeiro”, como Freud falou, não é para ser correspondido, no mesmo estatuto, que lhe é demandado.

Com efeito, o analista, por conta de sua própria análise, que é a condição necessária para que ele possa se autorizar, como analista, deve ocupar uma posição, que saiba quais são as tramas de suas relações pessoais, de maneira a não intervir com seus gostos e, mesmo, com sua vontade e seus valores, no que veio a ser considerado, mais tarde, por Lacan, como o **Discurso do Hístico** (ou o “**Discurso do Analisante**”).

Lacan, desde o início de sua entrada, na Psicanálise, até os anos cinquenta, ele formalizou a **noção da transferência** através do que nomeou de “uso genial”, feito por Freud, com a noção de *Imago* (Lacan, *Écrits*, p. 88). Assim, procurou colocar a prática analítica, como uma tentativa do *Sujeito* “reconstituir” uma outra *Imago* através do deslocamento de uma *Imago arcaica*, para uma atualizada, sobre a “*imagem do analista*”, sem que ele soubesse sua importância e os efeitos que isso poderia causar. Ele realizaria isso, através de um duplo movimento, quando “a imagem, de início, difusa e fragmentada, é regressivamente assimilada ao real, para ser de uma maneira progressiva desassimilada do real e restaurada em sua própria realidade, testemunhando a eficiência desta realidade” (Idem, p. 85).

Essa proposição traz uma sutileza, pois esse passado não se constitui, simplesmente, como eventos a serem lembrados e que, assim, retornariam à consciência pela introspecção, para serem incorporados à história do *Sujeito*. Trata-se de outra coisa, de um fragmento da *ex-sistência do Sujeito*, que foi esquecido e que deve retornar, repetindo-se na realidade, através de uma projeção sobre o analista, de “*Imagos*” recuperadas, ou construídas. Lacan nomeou e deu contornos a este fenômeno, como uma “*transferência imaginária sobre a pessoa do analista*”; com efeito, estas diferentes *Imagos*, por um efeito de subdução simbólica, degrada, deriva ou inibe, as próprias condutas do *Sujeito* (Lacan *É.*, 107). Todavia, quando esta relação da **transferência** se transforma, por um equívoco, numa condição dual, entre o analista e o analisante, isto é, o eu de um, com o eu do outro, ela passa a se constituir numa *transposição de Imagos* e aparece como obstáculo, como uma *resistência à análise*.

A partir dos anos cinquenta, quando decretou seu “retorno a Freud”, ele não mais olhou a **transferência** por seus “efeitos constituídos”, através de *Imagos*, mas vai tratar de estabelecer uma noção de estrutura, para a **transferência**. Assim desvia-se da **transferência**, como sugestão, como afeto positivo, ou negativo, como repetição de clichês, ou mesmo, como algo ilusório, para formalizá-la por seus “efeitos constituintes”, isto é, como uma relação verdadeira, automática, transfenomênica e, sobretudo, independente de qualquer contexto da realidade.

Assim, a **transferência** perde seu *estatuto imaginário*, não sendo mais um suporte dos afetos experimentados pelo analisante e como um obstáculo à análise, para vir se constituir a partir de uma *dimensão simbólica*, que passa a ser definida, como uma maneira de rememorar os fragmentos esquecidos, da ex-sistência do *Sujeito*, através de uma repetição, de elementos literais que adquirem o estatuto de uma demanda dirigida ao “Outro”, numa condição estrutural, que dá a esse *grande Outro*, a garantia de que pode responder à própria demanda do *Sujeito*. Assim, a **transferência** passa a se constituir numa condição que faz a Psicanálise progredir, dentro de um universo Simbólico.

Nesse período, Lacan comentou, ainda, sobre a **transferência**, fazendo uma alusão às vicissitudes do caso Dora², em que a **noção de imago** embora, ainda, continuasse presente, houve uma alteração fundamental nesse fundamento, pois a Psicanálise tornava-se uma condição de linguagem e de fala. Assim, a **transferência** deixava de se constituir, em situações factuais e de memórias do passado, a serem lembradas, para corresponder a “uma outra forma de lembrar”, em que um determinado fragmento do passado, retorna, como vindo de fora, a partir deste lugar, que é a presença do analista, que serve para que se repita algo, na realidade da análise.

Com efeito, em seus primeiros seminários e, em seu texto o “Discurso de Roma” (1953), Lacan enfatizou as leis da palavra, *plena e vazia*, e seu poder criativo, instaurando uma nova posição para a **transferência**. Ele afirmou, na ocasião, que “em sua essência, a transferência é o ato da palavra. Cada vez que um homem fala a outro, de maneira autêntica e plena, há, no próprio sentido, uma **transferência**, uma transferência simbólica, em que algo acontece e que muda a natureza dos dois seres, nesse contato verbal”³.

Portanto, ao analista, compete com suas intervenções, procurar fazer um rearranjo dessa presença do passado do analisante, para sua atualidade. Embora Freud tenha falado disso, na análise, como a “arte de interpretar” (Freud, MAPP, cap. III-1920), vou insistir sobre esta questão, afirmando que a interpretação não é do analista, mas algo a ser produzido pelo próprio analisante.

Lacan, no entanto, só vai produzir uma mudança efetiva, sobre esse fundamento da Psicanálise, a partir do Seminário VIII (61/62), “**A Transferência em sua disparidade subjetiva, sua suposta situação, suas excursões técnicas**” (esse deveria ser o título oficial do seminário, sugerido por Lacan, mas não foi estabelecido em suas publicações). Na ocasião, após ter formalizado a *noção de objeto* e, em seguida, do *fantasma fundamental*, ele chega à **transferência**, que passa a ser concebida, como um dispositivo próprio da análise, como um de seus “**elementos fundamentais**”.

Como já havia feito, quando tratou da **Ética**, no ano anterior de seus seminários, visitando Kant, Sade, entre outros, agora, para tratar da **noção da transferência**, foi à procura de Platão, com o Banquete. Nessa leitura do *Banquete*, ele destacou duas noções essenciais para a **transferência**:

- a primeira, mostrando a função e a importância do “agalma”, como algo que “enfeitiça” o objeto, dando-lhe um poder mágico e oculto, que se evoca naquilo nomeado de “ex-votos” e que tem uma função de atrair e enganar Deus, ou os deuses, como uma armadilha, para que realizem o que se deseja. Entre nós, baianos, podemos encontrar uma grande quantidade destes “objetos”, na Igreja do Bomfim, na “Sala dos Milagres” e, mesmo, nas águas do mar, durante as festas de Iemanjá. Para a Psicanálise, no entanto, trata-se de uma função que se reconhece, no estatuto do “*objeto pequeno (a)*”, ou mesmo, no que se considerou como “objeto parcial”, que adquiriu, no ensino de Lacan, a condição de causa do desejo e como um aperitivo de gozo.

- a segunda condição a ser considerada, é que Lacan não vai abordar a dissimetria da **transferência** através dos parceiros do amor: “erastês e eromênos”, que pode ser traduzido, no brasileiro, por “**amante e amado**”, respectivamente. Ele vai afirmar que a disparidade existente entre estas duas posições, vai estar implicada à presença do objeto (“**agalma**”) que enquanto, para o *amante*

2 Lacan, J., *Intervenção sobre a Transferência*, Écrits, Seuil, pags. 215/226, 1951.

3 Lacan, J., Sem. I, aula de 17/03/1954 - J. Zahar (os destaques de minha responsabilidade).

(erastês), falta o objeto, para o *amado* (eromênos), ele o contém. Isso quer dizer, que aquele em que falta o objeto, ele se torna desejanste, isto é, vai à procura de obter o objeto, que aquele que é desejado, o contém.

Quero aludir, ainda, a uma outra condição que determinou, essa terceira leitura de Lacan, sobre a **transferência**. Não se trata de uma questão cronológica, mas estou considerando, em sua tese, sobre o caso *Aimée*, quando comenta sobre o **saber** e, aqui, vou citá-lo: “*se a questão pode se colocar do que é o saber, é muito natural que eu tenha sido fisgado aí, porque a paciente de minha tese, o caso Aimée, bem ela sabia, simplesmente, ... ela sabia (e) ela inventava*”⁴. Isso nos autoriza a concluir que o *Sujeito* inventa o Saber inconsciente, que o determina.

Nessa leitura que Lacan foi fazendo, no Seminário sobre os Fundamentos da Psicanálise, ele se referiu à presença de um “*Outro que sabe*”. Assim, desde quando o *Sujeito* é pensado, o *Outro*, mesmo que não exista, é colocado sob uma crença, de que ele sabe. Isso se mostra, também, no *Sujeito* sob a condição de paranoico e, mesmo, como psicótico, quando se identifica ao *Outro*, guardando essa ilusão de um “*Outro que sabe*”. Portanto, nestes casos, não é só de uma **transferência** ao “*Sujeito suposto Saber*”, de que se trata, mas é uma **transferência** que se constitui, na análise, como uma crença de um *Sujeito* que sabe.

Dessa maneira, Lacan teria reconhecido, em sua paciente, a forma encarnada, do que no futuro viria designar, como a figura ordenadora da **transferência**: o “*Sujeito suposto Saber*” (SsS). Com efeito, com essa presença de um *Outro* que sabe, não é excessivo se considerar que se o *Sujeito* é pensado, o *Outro*, mesmo que não existe, é ele quem sabe. Assim, pode-se inferir, que o *Sujeito* sob a condição de paranoico e, também, como psicótico, ele se identifica ao *Outro*, guardando essa ilusão de um “*Outro que sabe*”.

Aqui, ainda, em torno deste “*Outro suposto saber*”, Lacan vai desenvolver essa noção essencial, para a Psicanálise, que é a dimensão do “*engano*”. Assim, durante a análise, o *Sujeito* mantém uma relação com este “*Outro*”, guardando uma suposição, de que pode enganá-lo. Porém, se este “*Outro*”, pode ser enganado, nada assegura ao *Sujeito*, que ele não possa, também, enganar a ele mesmo. Com efeito, pode-se dizer, que é a partir dessa possibilidade, de que ele possa “*estar enganado*”, que se desenvolve uma crença essencial, para que o analisante continue em análise, pois é o mínimo que ele pode esperar, quando diz uma coisa agora e, mais tarde, descobre que é uma outra coisa, as vezes completamente diferente, do que foi dito antes.

No Seminário sobre “*Os Fundamentos da Psicanálise*” (Sem.XI), Lacan volta a falar desta questão do “*engano*”, através de seu correlativo - a “*certeza*”. Nessa oportunidade, nomeia pela primeira vez, o “*Sujeito suposto Saber*”, dando-lhe um lugar equivalente a Deus e, também, ao “*analista*”, que é o “*Sujeito suposto ao Saber, na análise*”⁵. Já não é mais um saber suposto que se configura, ordenador da **transferência**, mas um *Sujeito* suposto pelo significante que vai tomar este lugar. Em seguida, vai afirmar que se existe, em algum lugar, o “*Sujeito suposto Saber*” (SsS), há **transferência** (10/04/64) e o começo da Psicanálise é a **transferência**, não só ao “*Sujeito suposto Saber*”, de que se trata, mas é uma **transferência** que se constitui, na análise, a partir de uma crença de “*um Sujeito que sabe*”.

Com efeito, no *Discurso Analítico*, embora o *Sujeito*, de ponto de vista fenomenológico, sempre se dirija a um “*outro*”, como se fossem duas pessoas, dois indivíduos, de um ponto de vista estrutural e discursivo, não se trata de uma relação de semelhante a semelhante, ou mesmo, de uma relação simétrica entre o analista e o analisante, mas de uma relação de “*de Um a Outro*”, a procura de um *suposto saber*, de um *Sujeito suposto Saber*, nesse lugar do *Outro*.

4 Lacan, J., Sem. XXXI, *Les non-dupes errent*, aula de 19/02/74 (A tradução e o destaque são de minha conta).

5 Lacan, Sem. XI, *Os Fundamentos da Psicanálise*, aula de 03/06/64 - J.Zahar.

Com efeito, o **SsS** é mais do que a crença de que o analista sabe das causas do sofrimento do analisante, é uma implicação à regra fundamental da análise, podendo-se mesmo dizer, que é uma “ilusão estrutural”, onde o *Sujeito* supõe que o saber inconsciente está contido no analista. Assim, o *Sujeito suposto Saber* é um efeito constituinte da **transferência**, ou ainda, é o suporte de onde se articula tudo que diz respeito à **transferência**.

Com efeito, se o **SsS** corresponde à presença do analista, representa uma promessa de fé e uma prova de confiança, na existência do inconsciente, desde quando qualquer coisa que seja dito, sempre guarda um sentido, algo que não se perde.

Já tendo falado sobre a *transferência imaginária*, *transferência simbólica*, *transferência como repetição*, como *resistência*, *transferência positiva* ou *negativa*, *amor de transferência*, *neurose de transferência*, *transferência no psicótico*, assim, não é excessivo que se coloque uma questão: existem várias transferências, ou ela se constitui numa só?

Freud, de início, elaborou este fundamento da análise, no plural, como **transferências**. Só, mais tarde, quando procurou definir algo ocorrido na própria prática da análise, ele a nomeou como **Transferência** (Übertragung), no singular. Se a Psicanálise, no entanto, constitui-se como um ofício estrutural, será preciso avaliar que efeitos a **transferência** causa à noção de estrutura, para o discurso analítico e, também, sobre o *Ser do Sujeito*. Dessa maneira, do ponto de vista do discurso analítico, só se pode nomear o Sujeito de neurótico, perverso e psicótico, a partir de uma coalescência da estrutura com a **transferência**.

Quando se trata dessa noção de estrutura, na Psicanálise, em certo momento do ensino de Lacan, ele a deslocou, de uma dimensão simbólica, para uma condição em que ela é do Real. Com efeito, de início, Lacan a definiu como “*S de grande A barrado*”, mais tarde, ela vai ser concebida a partir da presença do objeto (a) e passa a ser definida como “o *grande Outro em-forma de pequeno a*”, como uma condição que tem seu estatuto no Real, isso que emerge da linguagem. Já no final de seu ensino, a estrutura ganha um estatuto topológico, da cadeia borromeana, que é, também, do Real.

Desde Freud e com Lacan, tem-se determinado uma condição estrutural para a **transferência**, que coloca o par “*analista – analisante*”, em posições estruturais opostas. Assim, no curso de uma análise, o dispositivo analítico vai possibilitar o aparecimento desse elemento, nomeado de Sujeito suposto ao Saber, para que no final da análise, ele seja convertido em um *nada*, no “objeto (a)”, como referi acima.

Neste sentido, se para o neurótico e aquele que se pode chamar de perverso, que procura uma análise, existe algo que se dirige ao analista, à imagem do analista, ao lugar do analista, sempre em busca desse elemento, para que os efeitos constituintes da **transferência** possam ocorrer. Assim, os efeitos de sugestão, que sempre existem, os afetos, a repetição, o amor, o ódio, a resistência, correspondem aos diversos efeitos constituídos de uma única **transferência**.

Outra questão, no entanto, ainda, a se considerar, sobre este fundamento da análise, é o que ocorre com o **psicótico**. Desde seus primeiros trabalhos, que Freud sustentava a ideia de que nestes pacientes, diferente do que acontece com os neurótico e com o perverso, haveria uma regressão da libido ao autoerotismo, retendo a libido livre e não favorecendo seu deslocamento sobre o analista. Portanto, não existindo esta libido flutuante, no psicótico, que é a própria causa da **transferência**, estabeleceu-se, durante muitos anos, uma exclusão do psicótico, em relação à prática analítica. Assim, Freud chegou a afirmar a inexistência da **transferência**, no psicótico, que passou a ser considerado,

inanalísavel. Este fato, entretanto, não o impediu de afirmar, alguns anos mais tarde, da importância do “estudo das neuroses”, para oferecer uma compreensão para as psicoses⁶.

Lacan, quanto à essa questão, divergiu de Freud, desde cedo. Ele partiu de uma outra posição, recusando a ideia de que não existisse transferência, no psicótico. Assim, quando finaliza o seminário sobre as *Psicoses*, ele afirma que o delírio Schreber pode ser considerado como “*uma perturbação da relação ao Outro (...) e, portanto, ligado a um mecanismo transferencial*”⁷. Este grande Outro, aqui, não corresponde a um lugar, a um esquema, mas a “*um ser vivo (“un être vivant”) à sua maneira...*”.

Qual é esta “perturbação da relação ao Outro ... como tal”, que vai instaurar este mecanismo transferencial? A resposta é dada na própria letra de Schreber, através da leitura de Lacan: “...há um Outro que tem uma estrutura, que é um Outro singularmente acentuado, um Outro absoluto ... completamente radical ... um Outro que não é um lugar, nem um esquema, um Outro do qual ele nos afirma que é um. Todavia, este Outro guarda uma alteridade tal, que ele é estranho às coisas vivas, e mais especialmente incompreensivo a respeito de todas as necessidades vitais de nosso Schreber”⁸. Portanto, este “Outro”, que Schreber revela é, de um ponto de vista estrutural, diferente daquele formalizado por Lacan, que num primeiro momento, de seu ensino, representava um lugar habitado por significantes, aonde se localizava o código, ou mesmo, onde ocorrem trocas simbólicas, possibilitando ao *Sujeito* receber sua mensagem, de uma forma invertida.

Assim, o Sujeito ao encontrar a mensagem, primeiro que o código, ele é invadido por fenômenos identificados como uma “intuição delirante” e que são frequentes nos casos da *paranoia* e, também, no *psicótico*, possibilitando ao *Sujeito* ser um testemunho de um Saber que está no Outro. Essa prerrogativa, no entanto, ocorre, também, com o neurótico, que é uma testemunha velada, da existência do Inconsciente.

Todavia, enquanto que o *neurótico* procurar decifrar aquilo que ele testemunha já cifrado do inconsciente, o *psicótico* é uma testemunha a céu aberto desta condição, já que “é um mártir do inconsciente”, em que o “Outro” corresponde a um “Ser vivo” e, como tal, fala e constitui-se num “acompanhamento falado de todos seus atos”⁹. É assim que Schreber faz uma alusão à “língua fundamental” (Grundsprache), em que o código deixa de ser mudo e fala mensagens diretas para o *Sujeito*, que escuta a língua que fala dele mesmo.

Com o *psicótico*, portanto, que embora saiba como se apegar às pessoas que tratam dele, existe essa condição exemplar da **transferência**, em que o analista, muitas vezes, não aparece no lugar do “Sujeito suposto Saber”. Como vimos acima, o Saber está no Outro, com o qual o *psicótico* se identifica - “ele é que sabe”. Nestas circunstâncias, numa análise, resta ao analista colocar-se à disposição do *psicótico*, no lugar e sob a função de “um secretário”, para auxiliá-lo a encontrar modalidades de suplência, que possam fazer frente aos fenômenos de automatismo mental, aos processo de regressão ao Estádio do Espelho, com suas alterações corporais e outras manifestações compatíveis com sua condição estrutural.

Vou considerar, ainda, uma discordância estrutural e discursiva, nessa noção da **transferência**, que se estabelece entre o “*lugar do analista*” e a “*pessoa do analista*”. Assim, em relação ao “*lugar do analista*”, do que se trata, como ele é ocupado? O *analista*, na prática da análise, em seu lugar de

6 Freud, S., “Uma breve descrição da psicanálise”, vol. XIX - Imago, 1924.

7 Lacan, J., “As estruturas freudianas das psicoses”, Sem. III, aula de 04/07/56. Esta frase citada, como muitas outras, não são encontradas na versão em português, pois foram amputadas na versão oficial do seminário. A tradução e os destaques são por minha conta, de uma versão não oficial.

8 Lacan Sem. III, aula de 13/06/56 – Versão também de uma edição não oficial).

9 Lacan, J., Sem. III, *As Psicoses*, aula de 04/07/56 - Seuil

dominância, ele pode se presentificar como uma imagem, uma voz, como pedaços do corpo, como destinatário das demandas do analisante, ocupando esse lugar, como representante de diferentes

Discursos:

- como um *Ser da Verdade* (S1) - no **Discurso do Mestre**;
 - como um *Ser do Saber* (S2) - no **Discurso do Universitário**;
 - como um *Ser de fala* (\$) - no **Discurso do Histérico**;
 - como uma *expressão de gozo*, quando se inscreve como “objeto a”, como causa do desejo
- no **Discurso do Analista**.

Nesse último Discurso, quando o analista se presentifica sob essa função de *diversificados semblantes de objeto* (a), ele não só se torna causa do desejo, para o analisante sob a função *Sujeito*, estabelecendo um tipo de laço discursivo, entre eles, como participa, também, em cenas com efeitos, no Social, entre outras condições, que recobrem a análise a cada momento.

Aqui, no entanto, gostaria de compartilhar esta proposição de que, quanto mais a prática da análise é compartilhada, em extensão, mais ela é ferida em seus fundamentos. Dito de outra maneira, os efeitos dos tempos atuais, a presença e as ofertas dos “**GADJETS**”, a produção do *Discurso do Capitalista*, dificultam, deformam, desfazem, a própria *noção do sintoma*, na análise, pois a noção da Verdade e do inconsciente, que se repetem, na Psicanálise, eles não podem ser identificados e avaliados através do Cinema, do Teatro, da Literatura, no Social, entre outras condições.

Quando uma análise opera e há analista, essa noção da VERDADE, como uma “meia Verdade” que toca no Real e no Saber Inconsciente, trata-se de uma noção que se afasta do “conhecimento” e que se opõe ao saber das ciências, mas se aproxima ao “saber do artesão”, que Lacan veio considerar como um Saber inconsciente, que alcança coisas que estão mais longe, daquilo que o Sujeito encontra como um Saber anunciado. Um Saber, no entanto, que só pode ser identificado e avaliado, numa Análise em Intensão, sob **transferência**.

Isso coloca questões que não param de insistir, como o analista deve operar, na análise? Como a “pessoa do analista”, deve ocupar o “lugar do analista”, na análise? Com efeito, uma condição fundamental que inaugura a análise, a partir da oferta que o analista faz ao analisante, colocando-se à sua disposição, para ouvi-lo, é que além “*se fazer semblante de objeto*” e, como tal, “*causa*” do desejo, para que uma análise progrida, ele passa, também, a obedecer a uma ética, “*de não ceder quanto ao desejo*”, como referi acima. Uma condição que traz suas consequências.

Com efeito, no curso de uma análise, o analisante sob a função *Sujeito* crê na existência de um Outro que sabe, ou que pode saber quais são as causas de seus sofrimentos e de seu sintoma. Assim, ele tende a atribuir ao analista, um lugar de *Sujeito* suposto ao Saber, desenvolvendo uma fé, um “amor verdadeiro”, à espera de “ser amado” (eromênos), por ele. Todavia, por essa posição ética, o analista não pode responder ao analisante, com as mesmas cartas, com o mesmo estatuto que lhe é sugerido, pois a “pessoa do analista”, como um “*Ser de fala*”, é sempre outra coisa, em relação ao lugar que ocupa, na relação discursiva com o analisante. Assim, para dar conta de sua posição de analista, numa Análise em Intensão, a “pessoa do analista”, pelos efeitos de sua própria análise, deve ter alcançado uma posição, que saiba quais são as tramas de suas relações pessoais, a não intervir com seus gostos e seus valores, na análise, a abrir *mão de seu corpo e de sua palavra* e, mesmo, de sua *vontade*, colocando-se *em silêncio*, para não interferir no discurso do analisante e em suas demandas. Assim, como um desdobramento desta questão, como referi acima, “*a resistência, na análise, é do analista*”.

Mais, ainda, o analista deve buscar, sempre, “fazer algo”, que o mantenha na posição de uma “figura ativa da transferência”, que não se trata de uma posição com um efeito significativo, inserido numa condição simbólica, como um dito, mas que defina essa presença do “objeto (a)”, produzindo efeitos, do Imaginário, do Simbólico e, sobretudo, do Real, possibilitando ao analisante manter sua

transferência, numa posição de desejante (erastês), como no Discurso do Histérico. Aqui, é preciso considerar, uma diferença que se institui, entre a suposição do analisante e aquilo que se desenvolve como uma teoria, da Psicanálise, em que o analisante, como um Sujeito desejante, possa interrogar sucessivas vezes a causa de seu sintoma e de seu sofrimento, até mesmo de poder inventar um saber, como um saber inconsciente, que o satisfaça, para finalizar sua aventura, na análise.

Por fim, colocado estas questões, pode-se inferir que a **transferência** não é uma repetição, embora a prática analítica a condicione, mas que se trata de uma condição constituinte e original, como uma só. Dessa maneira, tanto para o neurótico, o perverso e o psicótico, a **transferência** se mostra como uma ligação entre o amor e o saber, ou melhor, como um “amor ao saber”, sempre presente até o final da análise.

Portanto, no trabalho da análise, quando o analisante resolve sua equação e destitui a ficção de que não é o Outro que sabe, o analista sofre, também, esse efeito, de que não serve mais para nada, tornando-se um “objeto”, “um resto”, e fica como um “dejeito”, identificado ao próprio “objeto (a), para que uma análise possa chegar a seu final.

Por hoje é só. Obrigado.